

Programa Nacional de Pós-Doutorado CAPES/PNPD

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento - INCT/PPED

Instituição:

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Geociências

Departamento de Política Científica e Tecnológica

Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica

Candidata

Ana Maria Nunes Gimenez

Supervisora

Profa. Dra. Maria Beatriz Machado Bonacelli

Este documento faz parte da documentação exigida para a candidatura à bolsa PNPD CAPES no âmbito do INCT/PPED e está estruturado em duas partes: 1) Projeto de Pesquisa; e 2) Plano de Trabalho.

1. PROJETO DE PESQUISA

A relação universidade-sociedade sob o enfoque da terceira missão: contribuições para a evolução conceitual e prática a partir de experiências comparadas

Introdução e Justificativa

As discussões sobre a terceira missão evoluíram consideravelmente nas últimas décadas devido ao crescente reconhecimento da necessidade de se reequilibrar a atuação do ensino superior na sociedade. Neste âmbito, percebe-se o crescimento dos debates acerca do conceito e abrangência da terceira missão, da relevância e legitimidade de algumas atividades, da necessidade de construção de indicadores que ajudem na prestação de contas à sociedade, entre outros. Alie-se a isso, o crescimento de um movimento internacional para que a universidade se engaje em envolvimento mais amplos e duradouros com os diversos setores da sociedade, não apenas para fomentar o avanço científico e tecnológico, como também para a promoção de contribuições mais efetivas ao desenvolvimento econômico e social das regiões às quais pertencem.

Percebe-se, portanto, que ganha cada vez mais atenção a concepção de terceira missão, que não deve ser confundida com a missão “extensão”¹, pura e simplesmente, sustentando-se a necessidade de se entender a relação universidade-sociedade a partir de uma visão holística que possa congregiar todas as possíveis formas de atuação e interações com a sociedade, especialmente para colocar em destaque o seu papel regional. No entanto, nota-se que ainda não existe um entendimento consolidado a respeito do nome que deve ser atribuído ao envolvimento da universidade com as suas comunidades ou com a sociedade em geral, nem quais são as atividades que devem ser eleitas como representantes desse envolvimento. Em vista destas constatações é que desde os anos 2000² vêm sendo conduzidas iniciativas para o estabelecimento de uma conceituação ampliada da terceira missão, na tentativa de alcançar o amplo conjunto de possibilidades de relacionamentos que não conseguem ser captados pelas abordagens restritivas da terceira missão.

Especificamente no caso do Brasil, embora existam exemplos notáveis, sabe-se que as atividades ligadas à inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual não são atividades consensuais, especialmente nas universidades públicas. Aliás, dentro das universidades nem mesmo existe um consenso acerca da extensão universitária, de quais são as suas atividades mais típicas e se atividades ligadas à transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo também podem ser consideradas como suas legítimas representantes. Isso pode ser o resultado de diferentes fatores, tais como: desconhecimento da temática; visões estreitas a respeito da concepção de extensão; preconceito contra determinadas linhas de extensão (com viés tecnológico, por exemplo), preferência por linhas que guardem relação mais direta com a visão tradicional de extensão, ou seja, oferecimento de cursos

¹ Em pesquisa realizada no doutorado foi constatado que o termo “terceira missão” tem ensejado controvérsias, tanto no Brasil, quanto no exterior. No caso brasileiro, pode-se afirmar que, basicamente, existem duas grandes visões correntes a esse respeito: uma que associa o termo terceira missão diretamente com a aproximação da universidade do setor produtivo, fomentando a inovação, o empreendedorismo e a transferência de tecnologia, geralmente relacionando-o com a abordagem da Hélice Tripla. A outra, que entende que é a extensão universitária a legítima terceira missão da universidade, mas também não há um consenso sobre a legitimidade de algumas atividades (como propriedade intelectual e a transferência de tecnologia, ou os cursos pagos, por exemplo), havendo, em alguns casos, preferência por ações voltadas a comunidades carentes, ações culturais, artísticas. Embora o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) tenha incluído a propriedade intelectual (PI), por exemplo, entre as possíveis linhas de extensão, entende-se que as atividades geradoras de PI devem estar enquadradas em uma das cinco ações de extensão (programa; projeto; curso; evento; e prestação de serviços). No entanto, a pergunta que fica é a seguinte: se a extensão é a terceira missão da universidade, qual é o nome que se dá às inovações, às tecnologias, às patentes e outros direitos da propriedade intelectual desenvolvidos no âmbito de pesquisas que não tenham vínculos com uma das cinco ações de extensão supramencionadas? Acredita-se que essa bipolaridade restringe as possibilidades de atuação da universidade, cria dificuldades de articulação e diálogos entre as diversas instâncias criadas pelas universidades para dar conta dessa missão, resultando, até mesmo, em uma menor interação da universidade com a sociedade. Estas interpretações restritivas da terceira missão e da própria extensão é que tem contribuído para o surgimento de novas visões, mais abrangentes.

² *Final Report to the Russell Group of Universities* (2002); *Research Activities, Methodological Guide* (2006); *E3M - European Indicators and Ranking Methodology for University Third Mission* (2009-2012); *Manual de Indicadores de Vinculación de la universidad con el entorno socioeconómico: Manual de Valencia* (2014); *Documento de recomendaciones. El fomento de la “Tercera Misión” en las Instituciones de Educación Superior en América Latina. Conclusiones y recomendaciones para los distintos actores* (2014).

(embora isso também não seja um consenso), serviços comunitários e ações mais assistencialistas voltadas a grupos menos favorecidos, ações artísticas e culturais, por exemplo. Nota-se, portanto, que tem crescido o interesse de muitas universidades pelo desenvolvimento de uma terceira missão, que tem sido nomeada de diferentes formas, ao longo do tempo e em diferentes países, tais como: “*knowledge transfer*”; “*outreach*”; “*extension*”; “*vinculación*”; “*engagement*” (*public, civic, community*); “*third mission*”; “*third stream*”, conforme constatado por Gimenez (2017) em sua pesquisa de doutorado intitulada “As multifaces da relação universidade-sociedade e a construção do conceito de terceira missão.”

A terceira missão é justamente esta interface que liga a universidade de forma mais direta à sociedade a partir da disseminação do conhecimento e de todo um conjunto de relacionamentos que promovem a articulação das duas primeiras missões com o mundo exterior. Estes envolvimento ocorrem em função do ensino e da pesquisa, bem como das capacidades que as universidades dispõem (estrutura instalada, acervo ou estoques de conhecimento, expertises da comunidade acadêmica).

Ocorre que, no passado, nem os formuladores de políticas públicas, nem as próprias IES, especialmente as mais antigas e tradicionais, concentravam suas atenções ao ambiente circundante, mas, atualmente, esse posicionamento tem sido revisto, para ampliar o foco das políticas, indo além do aumento da capacidade de inovação, via transferência de tecnologia entre as IES e a indústria, para envolvê-las mais amplamente no tecido social do qual fazem parte (OCDE, 2007). Sendo assim, há mais sentido o funcionamento de universidades globais e de excelência, mas alheias e insensíveis aos problemas e carências do seu entorno. Douglass (2016) sustenta que as universidades têm estado empenhadas na conquista da classe mundial, bem como os governos ao redor do mundo têm valorizado e incentivado essa postura, enfatizando e priorizando aspectos mensuráveis em *rankings* internacionais que lhes garantam um papel de destaque e no cenário internacional, mas esquecem que o seu papel nacional deve ser considerado tão importante quanto o global. Ocorre que os dirigentes e a comunidade acadêmica também deveriam considerar os aspectos limitados de tais *rankings*, tendo em vista que privilegiam o prestígio e o destaque acadêmico-científico, como citações, números de agraciados com o Prêmio Nobel, entre outros, mas não têm contribuído para uma reflexão de como universidades proeminentes podem utilizar as capacidades para melhor servir a sociedade que as financiam. Ou autor também questiona se os *rankings* globais representam maneiras adequadas e precisas de avaliar o valor e o alcance dos impactos da atuação das universidades na sociedade.

Sendo assim, cobra-se cada vez mais da Universidade do século XXI que estenda as suas ações para além de seus muros e reforce os laços com o seu entorno, considerando todos os possíveis impactos que essas ações possam promover - sobre a comunidade, sobre as empresas, sobre os

governos, instituições e organizações locais. Isso requer a criação de um ambiente propício e de uma cultura institucional favorável que estimule o olhar para o entorno, assim como o despertar na comunidade acadêmica do senso de responsabilidade e compromisso social do ensino superior, especialmente das instituições mantidas com recursos públicos. Requer também capacidades estatais para dar conta do desafio, especialmente para que sejam criados elementos/mecanismos/instrumentos que auxiliam no estabelecimento de novas concepções e visões acerca das missões da Universidade e da relação desta com seu entorno aproveitando os recursos físicos e de conhecimento disponíveis, pois, segundo o CGEE (2017, p. 14-15):

As instituições de ensino e pesquisa têm papel central para a definição de uma trajetória de um crescimento econômico que seja inteligente, inclusiva e sustentável. É nas universidades e nos institutos de pesquisa que estão depositadas as frações mais expressivas dos conhecimentos e experiências úteis para o desenvolvimento embasado em inovações. Nelas, tende a se concentrar grande parte das competências da base técnico-científica brasileira; um acervo que pode ser mobilizado para apoiar a definição de estratégias ousadas e consistentes de desenvolvimento regional.

Em vista dessas evidências, esta proposta tem como objetivo dar continuidade à pesquisa desenvolvida durante o doutorado realizado no PPG-PCT e concluído em março de 2017, na tentativa de avançar na análise de práticas e ações relacionadas à terceira missão em universidades brasileiras, refinando e ampliando o que já foi obtido com o estudo de caso da Unicamp e de levantamentos junto a 16 universidades (oito estrangeiras e oito brasileiras)³, num estudo de capacidades e experiências comparadas. Espera-se contribuir tanto para a evolução da concepção de terceira missão, como para a compreensão da importância da inserção regional, com vistas à formulação e aperfeiçoamento de políticas e estratégias voltadas à criação de um ambiente mais propício ao aperfeiçoamento do papel da Universidade do século XXI, especialmente para a dinamização do seu entorno.

Enunciado do problema

Ao longo dos anos, a legitimidade da ciência acadêmica tem sido respaldada pela visão que se tem a respeito do próprio papel da ciência, que nos séculos XVIII e XIX deveria representar “um modelo de racionalidade”, e mais tarde, “um reservatório de inovações” (HESSELS; VAN LENTE; SMITS, 2009, p. 388). Para fazer frente a inúmeras indagações que surgiram em decorrência das diversas transformações que se procederam dentro, mas especialmente fora dos muros da universidade é que “a ideia de um contrato social é relevante” (MAASSEN, 2014, p. 37, tradução nossa). Gornitzka

³ Estrangeiras: Univ. Johns Hopkins; Univ. da Califórnia: Berkeley; Univ. de Manchester; Univ. Politécnica de Valência (Espanha); Univ. Autônoma de Barcelona (Espanha); PUC Chile, Univ. República (Uruguai); Univ. de Antioquia (Colômbia). Brasileiras: USP, UNESP, PUC Rio; UFRGS; UEPA, UERJ; UFSCar; UFMG.

et al. (2007) e Hessels, Van Lente e Smits (2009) explicam que o contrato pode ser entendido como um acordo tácito entre (pelo menos) duas partes distintas que, embora tenham interesses diferentes, comprometem-se ao atingimento de objetivos comuns. Ocorre que os interesses iniciais podem ser influenciados por alterações nas condições das partes; portanto, a renegociação passa a ser uma forma de reequilíbrio de interesses e de busca por situações mais vantajosas. O contrato social é uma metáfora útil para explicar as alterações nos sistemas de ciência e na legitimação das atividades científicas.

O contrato social ou pacto pode ser entendido como um “compromisso cultural” de longo prazo para a universidade, vista como uma instituição que possui regras, crenças, práticas e recursos próprios, mas que são validados pela sociedade” (GORNITZKA et al., 2007, p. 7, tradução nossa). Para a compreensão do papel da universidade no processo de desenvolvimento é necessário que sejam considerados e entendidos os seguintes fatores: (i) a natureza do pacto entre as universidades, as autoridades políticas e a sociedade em geral; (ii) a natureza, a dimensão e a continuidade do núcleo acadêmico da universidade; (iii) a natureza, a gestão, o tamanho e a institucionalização de projetos com financiamento externo. Em termos mais amplos, entende-se que o contrato social diz respeito à relação entre o Estado e suas instituições e pressupõe que a ordem social é preservada pela confiança e entendimento mútuos (MAASSEN, 2012). Aliás, Gibbons et al. (1994), ao dissertarem sobre o “Modo 2” de produção do conhecimento, já haviam identificado a necessidade de novas dinâmicas de produção, interação e compartilhamento do conhecimento, via diferentes fontes e atores, pois a Universidade está longe de ser a detentora exclusiva dos meios de geração e disseminação. Logo, esses novos envolvimento e interações têm sido considerados cada vez mais necessários devido ao surgimento de novas disciplinas e de novos campos de pesquisa, e vistos como imprescindíveis para a geração de conhecimentos de fronteira e avanço da própria ciência, em termos mais amplos.

Evans (2010) afirma que a melhoria das capacidades humanas torna-se cada vez mais um elemento econômico crítico, devendo constituir o objetivo central do Estado desenvolvimentista no século XXI. Isso porque, no século XXI, o desenvolvimento dependerá muito mais dos ativos intangíveis, como as ideias, as habilidades e as redes, o que requer, entre outras coisas, a transformação das instituições públicas, sinergias entre o Estado e a sociedade, investimentos em capital humano (EVANS, 2008). Entende-se que a construção dessas sinergias ou conexões está estreitamente relacionada com as capacidades do Estado de promover novas dinâmicas econômicas e sociais, bem como é? foco das discussões acerca do papel do Estado no desenvolvimento (EVANS, 1996). Para Boschi e Gaitán (2008, p. 310), o desenvolvimento é entendido “como um projeto nacional, que deve contar com a participação dos diversos atores sociais (empresários, trabalhadores,

políticos, técnicos do governo). Nesse sentido, trata-se de recuperar a ideia de projeto nacional, agregando também a dimensão regional”.

No que se refere à terceira missão, Schoen e Thèves (2006), que afirmam que a TM engloba todos os relacionamentos que se dão entre a universidade e públicos não acadêmicos. Trata-se de uma missão multifacetada que apresenta tanto dimensões econômicas - transferência de conhecimento e tecnologias por intermédio de licenciamentos e contratos com a indústria, entre outros; como dimensões sociais - participação na vida social e cultural. É terceira missão que determina a forma como os recursos, ou capacidades da universidade, integram-se à economia e à sociedade (SCHOEN; THÈVES, 2006; INZELT et al., 2006). Molas-Gallart e Castro-Martínez (2007), por sua vez, entendem que a terceira missão diz respeito ao conjunto de atividades que promovem e articulam a utilização, aplicação e exploração de conhecimentos e de outras capacidades da universidade para que alcancem públicos externos aos ambientes acadêmicos.

No âmbito do projeto “*European Indicators and Ranking Methodology for University Third Mission (E3M)*”, convencionou-se que a terceira missão é constituída por três dimensões, a saber: inovação e transferência de tecnologia; educação continuada; e compromisso social, comportando uma ampla gama de atividades que ligam a universidade às suas comunidades, ou em termos mais amplos, à sociedade, em função do ensino, da pesquisa e do compromisso social. Por “comunidade” entende-se os grupos ou atores específicos, tais como: empresas, governo, organizações da sociedade civil, organizados ou não, entre outros. As comunidades podem ser internas ou externas e estarem mais próximas: locais, regionais, ou mais distantes: nacionais, internacionais. Cada universidade definirá as comunidades com as quais pretende se relacionar e de que forma. Isso dependerá do seu modelo, ou seja, do seu perfil institucional. Dessa forma, universidades com excelência em pesquisa podem desenvolver certos tipos de relacionamentos que universidades ou outras instituições de educação superior, sem o mesmo perfil, não podem (patenteamentos e atividades de transferência de tecnologia, por exemplo). O termo “entorno” diz respeito às relações que as universidades e outras IES mantêm, ou poderiam manter, com a sua vizinhança mais direta: seu bairro, sua cidade, sua região. Finalmente, entende-se por “sociedade” os diferentes “ecossistemas” sociais aos quais as universidades estão ligadas (do nível local, regional, nacional, ao supranacional) (E3M, 2012).

Sustenta-se também, que as instituições de educação superior (IES), especialmente as universidades de pesquisa, são importantes instituições âncoras (ou de ancoragem) locais/regionais, cuja estabilidade e continuidade institucional (“perenidade”) torna-se um diferencial que lhes possibilita o estabelecimento de metas de longo prazo para a concretização do seu compromisso público, também chamado de responsabilidade social. Taylor e Luter (2013) explicam que a ideia de

instituições âncoras surgiu a partir da convicção que determinadas instituições sociais desempenham um importante e decisivo papel no desenvolvimento de comunidades, cidades e até mesmo regiões. A estabilidade e continuidade institucional das instituições âncoras, especialmente das universidades, fornece as bases necessárias à continuidade das inúmeras possibilidades de engajamento cívico⁴ (programas, projetos, nos mais variados campos) contribuindo para a revitalização de suas comunidades (COMMUNITY-WEALTH.ORG., 2016).

Na atualidade, espera-se que os centros de conhecimento desempenhem um papel mais ativo em suas regiões, sendo que a missão regional representa a abertura das universidades para as regiões nas quais estão localizadas, o que pode resultar em um amplo leque de envolvimento e interações, de ordem cultural, social e econômica (ARBO; BENNEWORTH, 2007). O engajamento regional poderá ocorrer a partir de quatro áreas básicas, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1. IES e Região: quatro áreas básicas de atuação.



Fonte: traduzido e adaptado de Goddard e Kempton (2011).

A partir de um nível mais básico, ou seja, mesmo que as IES não estejam ativamente engajadas no desenvolvimento regional, elas são importantes empregadores, compradores de bens e serviços, além de enriquecerem o ambiente intelectual e cultural. Por outro lado, um nível mais avançado de engajamento regional ocorre quando são oferecidas contribuições diretas à inovação e ao empreendedorismo, ao desenvolvimento de capital humano, ao desenvolvimento da comunidade e à criação de capacidades locais regionais (OCDE, 2007; GODDARD; KEMPTON, 2011). Além da disseminação do conhecimento, as contribuições também podem envolver a realização de inovações

⁴ O termo cívico é utilizado para representar o papel dessas instituições nas suas cidades (comunidades, regiões), em diferentes frentes: contribuições à indústria, à saúde pública, ao desenvolvimento local, entre outros (daí provém outros termos ou expressões, tais como: “a universidade e a cidade”, “a universidade e o seu entorno”, a “universidade e a comunidade”.

curriculares para atendimento de demandas locais específicas, o oferecimento de soluções para problemas locais emergentes (ambientais, de planejamento urbano, de transporte público, outros) (INZELT et al., 2006).

Ao dissertar sobre o papel da universidade no desenvolvimento regional, Rolim e Serra (2009, p. 89) afirmam que:

Nas últimas décadas, em função da compreensão de que as inovações têm um papel relevante no desenvolvimento econômico dos países houve uma preocupação crescente com os condicionantes dessas inovações, sendo esta a motivação para uma extensa literatura sobre o que é chamado de Sistema Nacional de Inovações, Economia do Conhecimento etc. Em paralelo ocorreu um debate renovador sobre o desenvolvimento das regiões. A moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade.

Pinheiro (2012) afirma que, gradualmente, a missão regional passa a ser entendida como uma oportunidade estratégica de apoio à adoção de uma identidade e de um perfil institucional, desvinculando-se da ideia de uma mera obrigação moral de alocação de recursos escassos. Isso também envolve um esforço para “a combinação entre ser globalmente competitivo e localmente enraizado” (GODDARD; KEMPTON; VALLANCE, 2013, p. 44). Para Grau (2014), ainda é comum que dirigentes de IES não valorizem as suas regiões e privilegiem a inserção no cenário nacional e internacional, pois temem que as IES sejam consideradas muito provincianas. No entanto, cada vez mais, sente-se a necessidade de uma Universidade “Glocal”, que é aquela que promove “a interação entre a visão global e os impactos locais das suas atividades” (GRAU, 2014, p. 2). Afirma-se que o fenômeno da glocalização comporta tanto a dimensão global, quanto a local das possibilidades de envolvimento da universidade com a sociedade. Segundo Grau (2014, p. 2, tradução nossa):

A glocalização não é de modo algum um termo novo. Foi popularizado por um dos primeiros teóricos da globalização, o sociólogo Roland Robertson, e foi usado há quase trinta anos, especialmente por economistas do Japão, país que sempre se orgulhou do seu espaço cultural. Hoje em dia, tornou-se um termo abrangente para se referir ao fenômeno da interação entre a visão do global e os impactos locais das atividades. [...] embora a comunicação tenha sido totalmente globalizada, as economias do conhecimento são rápidas em destacar a importância da localização, proximidade e singularidade. Como salientou Manuel Castells (2011), a estrutura social é global, mas experiências são locais, tanto em termos territoriais como culturais. Os fenômenos de localização e Globalização se complementam. Regiões perdem o seu carácter ‘provincial’ e se tornam bases de lançamento para a competição global.

Grau (2014) sugere quatro elementos básicos ou linhas estratégicas que auxiliam na identificação de universidades glocais (de alcance global e localmente envolvidas):

i. Missão explícita e compartilhada: requer um sistema/estrutura de governança que assegure a participação da academia na definição da missão da universidade - o compromisso global deve estar explícito na missão e visão da universidade e ser conhecido e assumido por toda a comunidade acadêmica.

ii. Envolvimento da liderança e da academia: trata-se de uma estratégia institucional que permita aos docentes múltiplas e flexíveis possibilidades de se envolverem com aspectos (ações, iniciativas) da responsabilidade social das universidades, além do ensino e da pesquisa. Ou seja, o envolvimento com a terceira missão, além de promovido e difundido, deve ser também reconhecido.

iii. Posicionamento estratégico: requer a realização de adaptações na sua estrutura organizacional que permitam à universidade desempenhar os seguintes papéis: (a) ser um ponto catalisador da rede cultural da região; (b) cooperar internacionalmente e trabalhar em prol do desenvolvimento local; (c) alavancar as possibilidades de internacionalização da região, por meio do ensino e da pesquisa, do envio de estudantes ao exterior e da atração de talentos estrangeiros; (d) atuar nos processos de tomada de decisão regionais, especialmente, para o estabelecimento de objetivos e estratégias para o desenvolvimento regional; e (e) realizar ações que possam contribuir para o aumento competitividade das empresas locais por meio de atividades de transferência de conhecimento.

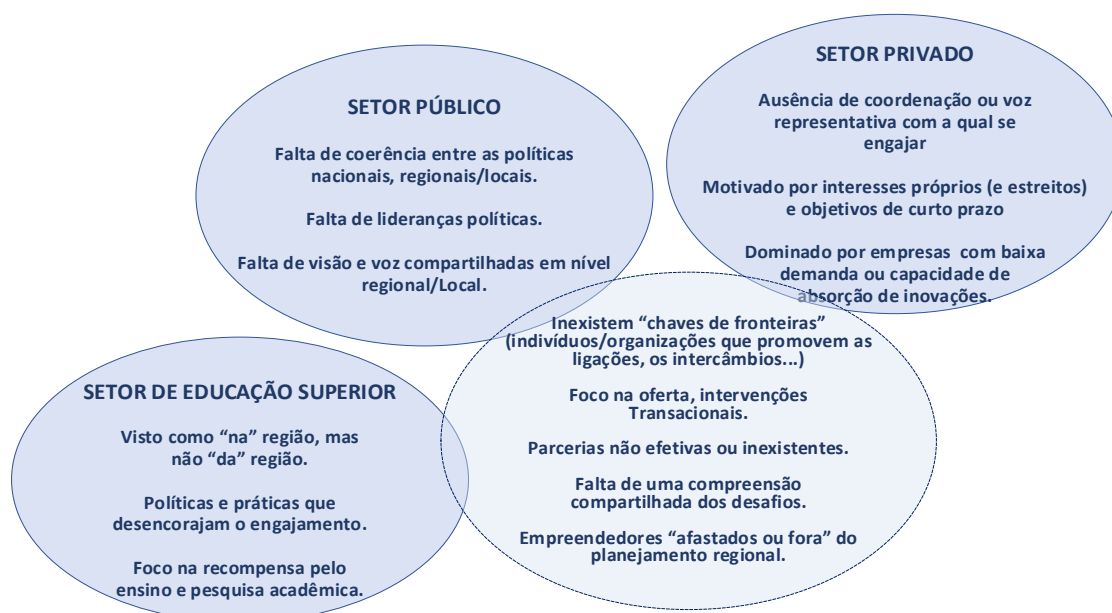
iv. Medição e monitoramento: encetar esforços para viabilizar acompanhamento da evolução do impacto das suas atividades na sociedade, e o mais importante – comunicar-se com o público em geral e com as autoridades, consistente e regularmente, para que seus esforços sejam conhecidos e reconhecidos.

Percebe-se, portanto, que o envolvimento regional requer que as IES realizem mais que as atividades tradicionais (ensino e pesquisa), mas que também se envolvam com um conjunto mais amplo de atores (empresas, governos, entre outros), que proporcionem possibilidades de aprendizagem ao longo da vida, que contribuam para o incremento de novas competências, especialmente para os campos intensivos em conhecimento (GODDARD; CHATTERTON, 1999). Para que isso ocorra, no entanto, a universidade precisa enxergar-se como um dos atores-chave regionais e estar conectada aos demais atores (o setor público, representando os governos, e o setor privado). Deve-se considerar que regiões de aprendizagem dependem do estabelecimento de redes, extrapolando a simples existência de habilidades individuais, pois também requer a transferência de conhecimento entre grupos, para a formação de sistemas de aprendizagem, assim como dependem de

infraestrutura institucional (parcerias entre os setores público e privado). A universidade, entendida como um jogador-chave no processo de desenvolvimento regional e bem-sucedida na realização desse processo “será uma organização de aprendizagem na qual o todo representa mais que a soma de suas partes, e a região bem-sucedida terá uma dinâmica semelhante” (GODDARD; CHATTERTON, 1999, p. 689, tradução nossa).

É possível afirmar, portanto, que a promoção do desenvolvimento regional sustentável depende do nível de conexão entre atores-chave regionais. A Figura 2 apresenta os pontos de vista de Goddard e Kempton (2011) acerca das conexões ou desconexões entre os diversos atores-chave regionais.

Figura 2 – A região desconectada



Fonte: Goddard e Kempton (2011, p. 46, tradução nossa).

Região desconectada é aquela onde as ligações e parcerias entre universidades, organizações (empresariais ou não) e governos inexistem ou, se existem, são débeis ou ineficientes; as universidades apenas “estão na região”, mas não atuam como se “fossem da região” (isso envolve um sentimento de pertença, uma vontade de engajamento regional); inexistem projetos comuns, visões compartilhadas dos problemas e desafios regionais, o que reflete em políticas também desconectadas dessas questões; falta ao setor privado interesse e representatividade para engajar-se para além dos interesses próprios e de curto prazo (GODDARD E KEMPTON, 2011).

Portanto, a inserção regional do ensino superior, em termos gerais, e mais especificamente, das universidades intensivas em pesquisa não pode ser visto de forma isolada como um ato de vontade dos

dirigentes e da comunidade acadêmica, pois também se refere ao papel do ensino superior em determinada sociedade e das metas que os Estados pretendem alcançar, ou seja, da forma como esperam que as suas instituições educacionais respondam às demandas da sociedade, estando, portanto, ligado também ao conceito de capacidades estatais. A capacidade estatal é um conceito “associado à habilidade de o Estado de definir sua agenda e executar seus objetivos” (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 373), ou ainda, “o conjunto de instrumentos e instituições de que dispõe o Estado para estabelecer objetivos, transformá-los em políticas e implementá-las (SOUZA, 2015, p. 8). Pode-se intuir que, no âmbito regional, a capacidade estatal pode ser entendida de duas formas: a primeira, a partir do ponto de vista macro, ou seja, do governo federal direcionando como promotor de políticas de desenvolvimento regional; a segunda, do ponto de vista micro, a partir da atuação direta dos entes federados (Estados, Municípios) e de suas ações (políticas etc.) interações com outros atores regionais, como as universidades.

Portanto, com o propósito de contribuir para a evolução conceitual, metodológica e analítica do entendimento da terceira missão, com ênfase no seu papel regional, especialmente a partir da compreensão de aspectos mais diversos do envolvimento das universidades com os diferentes setores da sociedade, é que estabelecemos as seguintes perguntas de pesquisa:

- 1) Existe a compreensão de um papel regional e como as universidades estão inseridas em suas regiões?
- 2) Como as universidades do Brasil e de países selecionados estão se relacionando com o seu entorno? Quais são os instrumentos utilizados e as ações que predominam?
- 3) As universidades interagem com outros atores regionais (governos, associações, outras IES, etc.) e por meio de quais canais/instrumentos?
- 4) Qual é a percepção dos outros atores regionais sobre as universidades, em termos de parcerias, interações, comunicação e quais são os principais entraves apontados para essas interações?

Objetivos

O objetivo central da pesquisa de pós-doutoramento é contribuir com a consolidação da concepção abrangente da terceira missão, no Brasil, com ênfase na inserção local e no papel regional da Universidade, apoiando o movimento internacional em curso, assim como políticas universitárias neste sentido. O objetivo central desdobra-se nos seguintes objetivos secundários:

- Identificação das ações e dos instrumentos relacionados com a dimensão “inovação e transferência de tecnologia” presentes nas universidades investigadas (Unicamp e UFSCar, em princípio).
- Mapeamento dos principais impactos destas ações no entorno das universidades em termos de construção de capacidades regionais específicas, criação de empresas, postos de trabalhos, entre outros possíveis impactos.
- Proposição de indicadores para a dimensão “inovação e transferência de tecnologia, que levem em conta a questão regional/local⁵.

Procedimentos Metodológicos

A partir da definição do estado da arte referente às concepções de extensão e de terceira missão realizada na pesquisa de doutorado, pretende-se continuar monitorando a produção intelectual nesse campo. O desafio agora é aprofundar a pesquisa sobre a inserção regional das universidades, bem como sobre o referencial teórico referente às capacidades estatais, além de ampliar e aprofundar o estudo sobre indicadores para a terceira missão.

Para que os objetivos propostos neste projeto sejam alcançados, a metodologia deverá envolver vários tipos de métodos e estudos, com investigação junto a fontes secundárias, mas, fundamentalmente, junto a fontes primárias. Inicialmente devem ser levantados e analisados marcos legais ligados ao desenvolvimento regional, documentos, relatórios, manuais de universidades e outras instituições selecionadas, relativos às discussões que envolvem os diversos aspectos da relação entre a universidade e a sociedade, no que se refere a conceitos, práticas e metodologias que possam ser relevantes à pesquisa.

Finalmente, a partir do conjunto de indicadores que vêm sendo propostos, especialmente por estudos selecionados (vide nota de rodapé da página que vêm propondo visões ampliadas da terceira missão), espera-se que possam ser estabelecidos indicadores da terceira missão aplicáveis à realidade das universidades brasileiras, partindo-se das seguintes dimensões, adotadas para a categorização das atividades da terceira missão: (i) inovação e transferência de tecnologia (que é dimensão foco do presente projeto); (ii) educação continuada; e (iii) compromisso social.

⁵ Geralmente os indicadores desta dimensão focam na obtenção de *royalties*, número de patentes, de contratos de P&D, pessoal envolvido nessas atividades, mas não consideram o impacto regional destas atividades.

Resultados Esperados

Espera-se que com esta proposta possam ser sugeridas alterações e/ou novas formas de relacionamentos que possam fortalecer as relações que as universidades mantêm com o seu ambiente social, econômico, de ensino e pesquisa local. Portanto, é possível pensar em alguns desdobramentos da presente proposta, tais como:

- Promover debates, encontros e eventos que congreguem pesquisadores que se dedicam ao estudo da relação universidade-sociedade, nos mais variados campos (a seguir, apresenta-se o esboço de proposta para a realização de um dos possíveis seminários a serem realizados).
- Criação de disciplina específica ou de um módulo para disciplina já existente, envolvendo temas ligados à relação universidade-sociedade, com subtemas como: desenvolvimento regional, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, empreendedorismo, especialmente o de alto impacto, entre outros.
- Apoiar a área de extensão do Instituto de Geociências da Unicamp tanto de um ponto de vista conceitual – com os desdobramentos da discussão sobre terceira missão, como de um ponto de vista prático, com o avanço dos indicadores da terceira missão e os estudos propostos nesta pesquisa.
- Apresentação de seminários no âmbito das ações do PPED/INCT.

Cronograma de atividades

A Tabela 1 apresenta o cronograma previsto para a realização do projeto em 24 meses, divididos em 8 trimestres.

Tabela 1- Cronograma de atividades

Resumo das Atividades	Trimestres			
	1º, 2º	3º, 4º	5º, 6º	7º, 8º
Levantamento bibliográfico e revisão de literatura: caracterização do estado da arte sobre desenvolvimento regional e a atuação das instituições de educação superior IES (com ênfase na universidade de pesquisa). Esta etapa será concretizada a partir de levantamentos de estudos de referência, em repositórios científicos nacionais e internacionais, por meio de buscas on-line, com vistas à apuração e delineamento do quadro teórico-prático, especialmente para o levantamento de boas práticas. Em meu doutorado já foram identificadas organizações, redes, centros de pesquisa, entre outros que podem ser consultados inicialmente, mas espera-se que as novas buscas possam recuperar novos resultados.	x	x		
Levantamento e análise de marcos legais (leis, decretos, portarias e outras), pareceres jurídicos e outros documentos que tratem da matéria, entrevistas com dirigentes, pesquisadores, procuradores e visitas técnicas.	x	x		
Coleta e tratamento dos dados: (i) levantamento de práticas, guias manuais, outros; (ii) realizações de entrevistas e/ou envio de questionários, tabulação dos dados; elaboração de indicadores.	x	x	x	
Criação e difusão de conhecimento (participação em eventos; apresentação de trabalhos)	x	x	x	x
Conclusão; divulgação dos resultados do trabalho; elaboração do relatório final.			x	x

Disseminação e avaliação

As possibilidades de divulgação, avaliação e validação dos resultados obtidos pela pesquisa desenvolvida contemplam as seguintes ações de disseminação do conhecimento gerado: (i) promoção de debates, encontros e eventos que congreguem pesquisadores que se dedicam ao estudo da relação universidade-sociedade, nos mais variados campos do conhecimento que possam promover a interface entre a universidade e o seu entorno; (ii) publicação dos resultados em eventos e em revistas científicas das áreas de economia, direito, educação, administração e gestão, como também em áreas interdisciplinares, especialmente que com ênfase na temática da educação superior, relação universidade e sociedade, terceira missão, geografia da inovação, desenvolvimento regional, território, outros.

Entre os exemplos de eventos, revistas, redes citamos os seguintes: *Jornadas Latinoamericanas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia* (ESOCITE); Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade (TecSoc); Conferências do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (Forges); Seminário Dinâmica Econômica e Desenvolvimento Regional (SEMDE); Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC); Congresso de Extensão da Associação de Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM); Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU); *Red de Educación Continua de Latinoamérica y Europa* (RECLA); *Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología - Iberoamericana e Interamericana* (RICYT); Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED); Revista Tecnologia e Sociedade (UTFPR); *Journal of Technology Management & Innovation* (JOTMI); *Research in Higher Education* (Springer); entre outros. E, certamente, nos seminários promovidos pelo INCT/PPED e na Revista Desenvolvimento em Debate, também no âmbito do INCT/PPED.

Referências

ARBO, P.; BENNEWORTH, P. **Understanding the regional contribution of higher education institutions.** OECD Education Working Papers, n. 9, p. 1-76, jul. 2007. <http://dx.doi.org/10.1787/161208155312>

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, 2008, p. 305-322. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200008>

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Marco Inicial - Projeto CDR MEC CGEE.** Brasília: CGEE. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Marco_cdr.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

MOLAS-GALLART, J. CASTRO-MARTÍNEZ, E. Ambiguity and conflict in the development of 'Third Mission' indicators. **Research Evaluation**, v. 16, n. 4, p. 321-330, 2007. <https://doi.org/10.3152/095820207X263592>

COMMUNITY-WEALTH.ORG. **Anchor Institutions.** 2016. Disponível em:

<<http://community-wealth.org/strategies/panel/aNchors/index.html>>. Acesso em: out. 2016.

DOUGLASS, J. A. Part I - Exploring the New Flagship University Model. In: DOUGLASS J.A. (ed.) **The New Flagship University. International and Development Education**. Palgrave Macmillan, New York, 2016, p. 3-7. <https://doi.org/10.1057/9781137500496>

EUROPEAN INDICATORS AND RANKING METHODOLOGY FOR UNIVERSITY THIRD MISSION (E3M). **Green paper: fostering and measuring 'third mission in higher education institutions**. 2012. Disponível em: <<http://e3mproject.eu/results.html>>. Acesso em: 10 fev. br. 2017.

EVANS, P. B. Constructing the 21th century developmental state: potentials and pitfall. In: EDIGHEJI, O. **Constructing democratic developmental state on South Africa: potentials and challenges**. Cape Town: HCRS Press, 2010. p. 37-58. Disponível em:

<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/cpsi/unpan039020.pdf#page=11>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **In search of the 21st century developmental state**. University of Sussex, Centre for Global Political Economy. Working Paper n. 4, p. 1-22, December 2008. Disponível em:

<<https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=cgpe-wp04-peter-evans.pdf&site=359>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00021-6](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00021-6)

GIMENEZ, A. M. N. **As multifaces da relação universidade-sociedade e a construção do conceito de terceira missão**. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: [s.n.], 2017.

GIBBONS M. et al. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage, 1994.

GODDARD, J. B.; CHATTERTON, P. Regional Development Agencies and the knowledge economy: harnessing the potential of universities. **Environment and planning C: Government and Policy**, v. 17, n. 6, p. 685-699, December 1999. <https://doi.org/10.1068/c170685>

GODDARD, J. B.; KEMPTON, L. **Connecting universities to regional growth: a practical guide**. Brussels: European Commission, 2011. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/universities2011/universities2011_en.pdf>.

Acesso em: 30 ago. 2017.

GODDARD, J. B.; KEMPTON, L.; P. VALLANCE. The civic university: connecting the global and the local. In: CAPELLO, R.; OLECHNICKA, A.; GORZELAK, G. (Editors). **Universities, cities and regions: loci for knowledge and innovation creation**. Routledge, London/New York, 2013, p. 43-63.

GORNITZKA, Å. et al. **"Europe of Knowledge": Search for a New Pact**. Working Paper, n. 03, p. 1-58, February 2007. Disponível em:

<http://www.sv.uio.no/arena/english/research/publications/arena-workingpapers/2001-010/2007/wp07_03.html>.

Acesso em: 20 nov. 2016.

GRAU, F. X. **The "Glocal" University**. 2014. Disponível em:

<http://www.guninetwork.org/files/glocal-university_fx_grau_2014.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HESSLS, L. K.; VAN LENTE, H.; SMITS, R. In search of relevance: the changing contract between Science and society. **Science and Public Policy**, v. 36, n. 5, p. 387-401, 2009.

<https://doi.org/10.3152/030234209X442034>

INZELT, A. et al. Third Mission. In: SCHOEN et al. **Strategic Management of University Research Activities, Methodological Guide**. Lugano: PRIME Project 'Observatory of the European University'. 2006, p. 125-168. Disponível em: <http://www.enid-europe.org/PRIME/documents/OEU_guide.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCED). **Higher education and regions: globally competitive, locally engaged**. Paris: OECD Publishing, 2007. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264034150-en>

MOLAS-GALLART, J. et al. **Measuring third stream activities**: Final report to the Russell Group of Universities. SPRU, University of Sussex. 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/532097/Measuring_third_stream_activities>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PINHEIRO, R. **In the Region, for the Region?** A comparative study of the institutionalisation of the regional mission of universities. 2012. 545p. Doctoral dissertation (Ph.D. in Educational Research), University of Oslo, Faculty of Educational Sciences. University of Oslo, 2012, n°. 149. Disponível em: <https://www.academia.edu/5494496/In_the_Region_for_the_Region_A_comparative_study_of_the_institutionalisation_of_the_regional_mission_of_universities_PhD_dissertation_University_of_Oslo_>. Acesso em: 23 set. 2016.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Análise comparativa: arranjos de implementação e resultados de políticas públicas. In: GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. (Editores). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014, p. 351-349. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009. <http://dx.doi.org/10.5380/re.v35i3.16710>

SCHOEN, A.; THEVES, J. OEU strategic Matrix. In: SCHOEN et al. **Strategic Management of University Research Activities, Methodological Guide**. Lugano: PRIME Project 'Observatory of the European University'. 2006, p. 7-20. Disponível: <http://www.enid-europe.org/PRIME/documents/OEU_guide.pdf>. Acesso: 15 abr. 2017.

SOUZA, C. **Capacidade Burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão 2035. Rio de Janeiro, fevereiro, 2015, 68 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2035.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

TAYLOR JR, H. L.; LUTER, G. **Anchor Institutions: an interpretive review essay**. 2013. Disponível em: <<http://staging.community-wealth.org/sites/clone.community-wealth.org/files/downloads/paper-taylor-uter.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

2. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho está dividido em quatro partes: a) ensino; b) pesquisa; c) extensão; e d) orientação.

a) Ensino

Conforme mencionado no item “resultados esperados”, é possível colocar como meta a criação de uma disciplina sobre Universidade e Sociedade, na qual seria possível discutir as diversas possibilidades de atuação na sociedade, a partir do conceito ampliado de terceira missão. Entretanto, como já existem disciplinas no PPG-PCT/DPCT/Unicamp que abordam questões relacionadas ao tema da terceira missão, acredito que posso contribuir de diferentes maneiras.

A primeira delas é a CT135 - Universidade e Sistemas de Ciência e Tecnologia, que aborda a relação universidade-empresa. Em alguns momentos, esta disciplina tem sido oferecida conjuntamente com a disciplina CT050 - O Papel da Educação Superior nas Políticas de CT&I, cujo enfoque estava voltado à origem da universidade (no mundo) e ao desenvolvimento do ensino superior e das universidades no Brasil.

Outra disciplina com a qual a proposta de pesquisa de PD tem afinidade é a CT019 - Instrumentos em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Na verdade, esta disciplina também tem vínculo forte com as discussões feitas em minha dissertação de mestrado no PPG-PCT. Naquele momento, inclusive, esbocei uma proposta de curso e/ou, disciplina de PI, composta de cinco módulos que abrangiam diversos campos de estudo, desde módulos introdutórios com temas básicos, tais como: justificativas para o sistema de patentes; patentes e limites ao seu reconhecimento: requisitos legais e exclusões; inventor versus titular: diferenças, direitos e deveres, entre outros, a módulos especializados, tais como: direitos autorais, software, propriedade intelectual e comércio internacional; patentes de saúde pública, proteção aos conhecimentos tradicionais, entre outros. No entanto, também considero que estou apta a oferecer contribuições às seguintes disciplinas da graduação e da pós-graduação: GT001 - Ciência, Tecnologia e Sociedade; CT130 - Métodos e Técnicas Pesquisa em Ciência e Tecnologia; CT091 – Seminário de Dissertação; CT261 Seminário de Doutorado; CT262 - Seminário de Tese de Doutorado.

Finalmente, também que destacar que possuo experiência em temas ligados ao mundo do trabalho, aos direitos humanos, entre outras temáticas que requeiram conhecimentos jurídicos, podendo, portanto, contribuir para o enriquecimento das discussões realizadas em diferentes disciplinas da Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica.

b) Pesquisa

Além do projeto ora proposto também pretendo continuar participando do Laboratório de Estudos de Educação Superior (LESS), vinculado ao Núcleo de Estudos e Estratégias Políticas (NEEP) e ao DPCT. No entanto, também é possível a minha participação no Grupo de estudos sobre a organização da Pesquisa e Inovação (GEOPI), pois é importante estar inteirada das multiplicidades de discussões que possam contribuir para a condução do pós-doutorado, especialmente no que diz respeito a temáticas que guardam relação mais direta ao objeto da pesquisa.

Mais especificamente, estarei envolvida também com o projeto “Formação Profissional e Novas Competências Tecnológicas: Marco Conceitual e Estratégico para o Estado de São Paulo”, coordenado pela minha supervisora do pós-doc e que tem financiamento da Fapesp. Acredito que meu conhecimento acadêmico pode contribuir com as discussões deste projeto.

Fico à disposição, de toda forma, às iniciativas dos grupos de pesquisa do DPCT que porventura tenham proximidade com os meus temas de pesquisa, assim como do PPED/INCT.

c) Extensão

Tenho disponibilidade para ajudar nas disciplinas existentes, contribuindo para o aperfeiçoamento destas, ou ainda para a eventual criação de novas disciplinas, conforme conveniência e oportunidade. Além disso, fico à disposição para apoiar a área de extensão do Instituto de Geociências tanto de um ponto de vista conceitual – com os desdobramentos da discussão sobre terceira missão, mas também a partir de um ponto de vista prático, com o avanço dos indicadores de terceira missão e os estudos propostos nesta pesquisa.

d) Orientação

Tendo em vista que já atuei como orientadora de trabalhos de conclusão de curso, tendo adquirido uma experiência que considero bastante relevante no decorrer dos 11 anos em que exerci o magistério superior, inclusive auxiliando estudantes a publicarem os resultados de seus estudos, acredito que possa me envolver também com essa atividade. Quero destacar estudantes que orientei ou coorientei tiveram trabalhos, nos quais participo como coautora, aceitos e publicados em Anais de eventos importantes, tais como: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração (ENANGRAD) da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD); Simpósio de Engenharia de Produção (SIMPEP) da Faculdade de Engenharia de Produção da UNESP. Em 2018, um estudante teve um artigo aceito para publicação em periódico do estrato B3 (Qualis/CAPES). É

importante destacar que aceitei coorientar o estudante mesmo já não estando vinculada ao quadro docente da instituição de ensino. Estas conquistas são ainda mais relevantes se considerarmos que a instituição de ensino superior na qual atuei como docente não costumava oferecer suporte para a participação de docentes e estudantes em eventos. Além disso, três dos cinco trabalhos acima mencionados foram elaborados após a minha saída da instituição, ou seja, mesmo afastada das atividades docentes continuei dando suporte aos estudantes que me procuraram com o intuito de divulgarem os resultados de suas pesquisas.

Portanto, acredito estar preparada e motivada para contribuir em coorientações ou mesmo orientações no DPCT, inclusive a partir da elaboração de projetos para bolsas PIBIC, SAE, entre outras.

e) Eventos

Espero contribuir com os eventos atuais (já existentes) no DPCT e PPG-PCT, tais como: os Seminários DPCT/PPG-PCT, o evento de Boas-Vindas aos alunos do PPG-PCT, os Encontros dos Pós-doutorandos do PPG-PCT, entre outras iniciativas. Entretanto, também pretendo tomar a iniciativa de sugerir e organizar eventos relacionados com a temática do presente Projeto de Pesquisa. Reafirma-se a disposição de contribuir e apoiar os eventos e ações no âmbito do PPED/INCT.